



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Destacamos os seguintes fatos no exercício de 2021:

IPO na BR Advisory Partners Participações S.A.

A BR Partners Advisory Participações S.A. realizou Oferta Inicial de Ações ("IPO"), conforme a instrução CVM nº 476 precificada no dia 17 de junho de 2021. O IPO levantou R\$ 400 milhões e foi precificado a R\$ 16,00/ unit., em uma oferta 100% primária. Os recursos foram destinados ao aumento de capital do Banco com o foco na expansão de nossas áreas de Mercado de Capitais e Sales & Trading.

Contexto econômico

O último trimestre de 2021 foi marcado pelo aumento de incertezas na economia global refletindo temores da descoberta da nova variante do Coronavírus denominada Ômicron. Fatores como retirada de estímulos monetários por parte do Banco Central Americano, abertura das taxas de juros dos países desenvolvidos e agravamento do risco inflacionário também contribuíram para o sentimento de

aversão a risco. No cenário local, superada a PEC dos precatórios, encerrou-se o ano com desconforto fiscal devido a possibilidade de medidas com impacto fiscal negativo, números de atividade piores do que o esperado e revisões altistas dos números de inflação, com IPCA encerrando o ano em 10,06%. Isto fez o Banco Central acelerar o passo de aumento da taxa Selic que encerrou o trimestre em 9,25%, apresentando um incremento de 300 pontos bases no período.

Desempenho dos negócios

A área de Mercado de Capitais manteve o forte desempenho na estruturação e distribuição de dívidas e aumentou o carregamento dos títulos privados que estrutura. Em 2021, a área totalizou R\$ 4,1 bilhões em emissões estruturadas de CRI's, CRA, Fundos Imobiliários, FIDC e Debêntures de Infraestrutura em que o Banco atuou como Coordenador Líder.

Na área de Sales & Trading, o Banco conseguiu expandir a sua atuação na estruturação de derivativos de juros, inflação e proteções cambiais a seus clientes. Vale destacar que o IPO realizado em junho de 2021 fortaleceu o capital do Banco e viabilizou a expansão das operações de Sales & Trading, bem como um cross-selling mais efetivo com as dívidas estruturadas pela área de Mercado

de Capitais. No ano, tivemos um volume negociado de derivativos e câmbio de R\$ 23,4 bilhões.

Continuamos a crescer nossa carteira de ativos, principalmente nos CRI's e CRAs originados por nossa área de Mercado de Capitais, e encerramos o ano de 2021 com uma carteira de R\$ 666,7 milhões de títulos corporativos. Além disso, nossa área de Captação, criada em meados de 2020, continua abrindo relacionamento e limites em depósitos com clientes institucionais, corporativos e plataformas. Como consequência, o Banco tem aumentado o prazo médio de sua captação, passando de 39 dias ao final de dezembro de 2020 para 227 dias ao final de dezembro de 2021. Ressaltamos que o Banco possui ratings A+ (bra) atribuídos pela Fitch Ratings e pela Moody's, com perspectivas estável e positiva respectivamente.

Desempenho financeiro

O total de ativos do Banco fechou o exercício de 2021 em R\$ 2.930 milhões e o patrimônio líquido com R\$ 634 milhões. O resultado de intermediação financeira, no exercício, alcançou R\$ 104 milhões. O Banco obteve um lucro líquido de R\$ 32 milhões.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		2.465.158	554.943	Circulante		1.863.164	228.500
Disponibilidades	5(a)	10.734	15.975	Depósitos e Demais Instrumentos			
Instrumentos Financeiros		2.391.353	533.670	Financeiros		1.735.284	204.765
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5(b)	-	8.400	Depósitos		473.773	166.447
- Mercado aberto		-	8.400	- Depósitos interfinanceiros	12	20.306	51.245
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		2.390.646	485.225	- Depósitos a prazo	12	453.467	115.202
- Carteira própria	6(a)	1.079.201	444.982	Carteira própria	12	1.228.129	-
- Vinculados a compromisso de recompra	6(a)	1.249.784	-	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	12	10.321	2.722
- Instrumentos financeiros derivativos	7	34.428	17.683	Carteira de câmbio	9(b)	-	29.616
- Vinculados à prestação de garantias	6(a)	27.233	22.560	Instrumentos financeiros derivativos	7	22.618	4.800
Operações de crédito	8	707	11.950	Outros passivos		443	1.180
Carteira de câmbio	9(a)	-	28.095	Provisões		89.609	14.408
(-) Provisão para Perdas Esperadas				Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		-	29
Associadas ao Risco de Crédito	8	(7)	(30)	Fiscais e previdenciárias	13(a)	9.235	5.174
Outros Ativos	10	63.078	5.328	Diversas	13(b)	80.374	9.205
- Rendas a receber		806	1.019	Obrigações Fiscais Diferidas	14(b)	38.271	9.327
- Diversos		61.308	3.412				
- Despesas antecipadas		964	897	Não Circulante		432.952	194.876
Não Circulante		464.600	117.250	Depósitos e Demais Instrumentos			
Realizável a Longo Prazo		459.021	114.187	Financeiros		432.830	194.838
Instrumentos Financeiros		404.924	110.963	Depósitos		322.967	130.999
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		390.988	93.961	- Depósitos a prazo	12	322.967	130.999
- Carteira própria	6(a)	230.548	-	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	12	48.856	4.299
- Instrumentos financeiros derivativos	7	160.440	93.961	Instrumentos financeiros derivativos	7	61.007	59.540
Operações de crédito	8	13.936	17.002	Outros passivos		122	38
(-) Provisão para Perdas Esperadas				Patrimônio Líquido		633.642	248.817
Associadas ao Risco de Crédito	8	(93)	(120)	Capital social	15(a)	554.200	200.000
Outros Ativos	10	39.900	84	Reservas de lucros		81.122	48.817
- Rendas a receber		355	39	Ajustes de avaliação patrimonial		(1.680)	-
- Diversos		39.057	45	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.929.758	672.193
- Despesas antecipadas		488	45				
Créditos Tributários	14(b)	14.290	3.260				
Imobilizado de Uso	12	8.243	4.913				
Intangível	12	4.082	3.806				
(-) Depreciação e Amortização	12	(6.746)	(5.656)				
Total do Ativo		2.929.758	672.193				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	127.750	2.032	40.056	-	-	169.838
Aumento de capital social	72.250	-	-	-	-	72.250
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.729	6.729
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(6.729)	-
Reserva	-	337	6.392	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.000	2.369	46.448	-	-	248.817
Saldos em 31 de dezembro de 2020	200.000	2.369	46.448	-	-	248.817
Aumento de capital social	354.200	-	-	-	-	354.200
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	-	-	(1.680)	-	(1.680)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.305	32.305
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	(32.305)	-
Reserva	-	1.615	30.690	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	554.200	3.984	77.138	(1.680)	-	633.642

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	2º semestre 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		25.956	32.305	6.729
Lucro líquido do semestre/exercício		25.956	32.305	6.729
Ajustes para:				
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes a caixa		1.864	3.329	(2.047)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8(d)	(458)	(50)	(40)
Provisão para contingências	17(e)	271	272	226
Despesas de depreciação e amortização	17(c)	532	1.091	984
Impostos diferidos		13.932	19.290	1.321
Outros ajustes		(94)	-	(5)
Lucro líquido ajustado		42.003	56.237	7.168
Variações de ativos e obrigações operacionais				
(Aumento) em títulos e valores mobiliários		(1.584.491)	(1.861.057)	(190.664)
(Aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(75.998)	(88.610)	(27.687)
Diminuição em operações de crédito		50.697	14.309	7.516
(Aumento)/diminuição em operações de câmbio ativa		37.009	28.095	(26.636)
(Aumento) em outros ativos		(84.728)	(97.526)	(2.158)
Aumento/(diminuição) em depósitos		(29.951)	499.294	173.912
Aumento/(diminuição) em provisões		72.105	75.201	6.679
(Diminuição)/ aumento em captações no mercado aberto		1.179.127	1.228.129	(39.007)
(Diminuição)/ aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		42.088	52.156	(1.383)
Aumento/ (diminuição) em carteira de câmbio passivo		(37.064)	(29.616)	15.763
Aumento/ (diminuição) em outros passivos		(106)	(652)	1.020
(Diminuição) em relações interdependências		(3.608)	-	(1.125)
(Diminuição) em obrigações fiscais diferidas		-	-	(3.473)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(379)	(5.207)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais		(392.917)	(124.419)	(85.282)
Atividades de investimento				
(Aquisição) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(84.972)	(292.448)	(1.254.807)
Baixa de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		33.913	33.913	1.260.696
Recurso proveniente da venda de imobilizado de uso		-	-	4
Aquisição de imobilizado de uso	11	(3.092)	(3.331)	(939)
Aplicações no ativo intangível	11	(246)	(276)	(477)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos		(54.397)	(262.142)	4.477
Atividades de financiamento				
Aumento de capital social		354.200	354.200	72.250
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		354.200	354.200	72.250
(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(93.114)	(32.361)	(8.555)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	105.712	46.424	52.931
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.864)	(3.329)	2.047
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		10.734	10.734	46.424
(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	5	(93.114)	(32.361)	(8.555)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2º semestre		
		31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		127.359	168.686	45.278
Operações de crédito		1.663	2.534	1.602
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		78.382	65.473	26.578
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7(f)	42.489	94.201	16.788
Resultado de operações de câmbio		4.825	6.478	310
Despesas da intermediação financeira		(56.505)	(64.564)	(6.571)
Operações de captação no mercado		(56.990)	(64.641)	(6.212)
(Provisão)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		485	77	(359)
Resultado bruto da intermediação financeira		70.854	104.122	38.707
Outras receitas/(despesas) operacionais		(23.677)	(44.992)	(26.555)
Receitas de prestação de serviços	17(a)	12.776	25.558	18.038
Rendas de tarifas bancárias		3	11	9
Despesas de pessoal	17(d)	(24.294)	(46.357)	(19.396)
Despesas administrativas	17(c)	(10.838)	(21.404)	(21.795)
Despesas tributárias		(3.340)	(5.539)	(4.413)
Outras receitas	17(b)	3.172	4.497	7.127
Outras despesas	17(e)	(1.156)	(1.758)	(6.125)
Resultado operacional		47.177	59.130	12.152
Resultado não operacional		94	103	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		47.271	59.233	12.152
Imposto de renda e contribuição social	14	(20.880)	(26.238)	(4.897)
Imposto de renda		(12.978)	(19.628)	(1.965)
Contribuição social		(10.945)	(16.265)	(1.611)
Ativo fiscal diferido		3.043	9.655	(1.321)
Participações estatutárias no lucro	17(f)	(435)	(690)	(526)
Lucro líquido do semestre/exercício		25.956	32.305	6.729
Número de ações		554.200	554.200	200.000
Lucro por ação - R\$		46,84	58,29	33,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do semestre/exercício	25.956	32.305	6.729
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(1.162)	(1.680)	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda			
- Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	(2.113)	(3.055)	-
- Efeito fiscal	951	1.375	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	24.794	30.625	6.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco", "Banco BR Partners" ou "Instituição"), tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio.



BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. O Banco classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021	Nível 1	Nível 2
Ativo			
- Títulos e Valores Mobiliários			
Carteira própria			
Letra do Tesouro Nacional – LTN	29.991	29.991	–
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B	345.207	345.207	–
Cotas de Fundos de Investimento	324.688	324.688	–
Cotas de Fundos de Investimento em			
Direitos Creditórios	53.669	–	53.669
Certificados de Recebíveis Imobiliários	407.714	–	407.714
Debêntures	49.489	–	49.489
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	98.992	–	98.992
Vinculados a operações compromissadas			
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B	1.249.783	1.249.783	–
Vinculados à Prestação de Garantias			
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B	27.233	27.233	–
Derivativos			
Swap	153.783	–	153.783
NDF	41.024	–	41.024
Futuros	62	–	62
Total	2.781.635	1.976.964	804.671
Passivo			
- Demais instrumentos financeiros			
Derivativos			
Swap	62.058	–	62.058
NDF	21.567	–	21.567
Total	83.625	–	83.625

	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativo			
- Títulos e Valores Mobiliários			
Carteira própria			
Letra Financeira do Tesouro – LFT	5.828	5.828	–
Letra do Tesouro Nacional – LTN	83.242	83.242	–
Cotas de Fundos de Investimento	99.952	56.310	43.642
Certificados de Recebíveis Imobiliários	211.095	–	211.095
Cédula de Crédito Imobiliário	44.865	–	44.865
Vinculados à Prestação de Garantias			
Letra Financeira do Tesouro – LFT	17.850	17.850	–
Letra do Tesouro Nacional – LTN	4.710	4.710	–
Derivativos			
Swap	93.065	–	93.065
NDF	18.579	–	18.579
Total	579.186	167.940	411.246
Passivo			
- Demais instrumentos financeiros			
Derivativos			
Swap	59.159	–	59.159
NDF	5.181	–	5.181
Total	64.340	–	64.340

c. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Banco, e também, a sua moeda de apresentação.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

I. Classificação
Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor de mercado, apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante independente de suas datas de vencimento e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.
- Títulos disponíveis para venda – Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os ganhos e perdas realizados são reconhecidos no resultado, e os não realizados sobre esses títulos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de aquisição, de acordo com a intenção da Administração, em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e referem-se a operações de *swaps*, operações a termo de moeda e operações de opções.

II. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Os saldos dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda são revistos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

Quando uma perda é verificada, reconhecemos uma despesa no resultado do exercício. Isto ocorre quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável.

Para acacular o valor recuperável, a estimativa de perda é feita por modelos utilizando-se de dados observados ou por julgamento baseado na experiência do Banco.

f. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro-rata* dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros contratuais. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independente de seu nível de risco, só serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos inerentes à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e pelas diretrizes do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão constituída e controladas em contas de compensação por cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial.

g. Outros ativos
Outros ativos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas.

h. Imobilizado de uso
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo móveis, instalações e equipamentos de comunicação (10% ao ano) e sistema de processamento de dados (20% ao ano).

i. Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. São compostos basicamente por *softwares*, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
A Resolução do CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizados, intangível e demais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou perdas em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

k. Depósitos e demais instrumentos financeiros
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

l. Partes relacionadas
As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.818/20 e nº 4.638/18 do CMN. As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN.

- Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes: São reconhecidos contabilmente quando os assessores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chance de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores nas notas explicativas.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias: São demandas judiciais que possam ser contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

n. Tributos sobre lucros

I. Tributos correntes
Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Em 14 de julho de 2021, foi publicada a Lei nº 14.183/21, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A alteração da alíquota para instituições financeiras classificadas como "Banco" foi de 20% para 25%. A vigência da nova alíquota está relacionada ao período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2021.

II. Tributos diferidos
Os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 14(c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, em consonância com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020.

o. Benefícios a empregados

I. Benefícios de curto prazo e longo prazo
O Banco possui benefícios de curto prazo: Participação no resultado, benefícios não monetários e licenças de curto prazo enquadradas em nessa categoria.

O Banco não possui benefícios de longo prazo relativos a rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

II. Benefícios rescisórios
O Banco disponibiliza assistência médica aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefícios rescisórios.

III. Participação nos lucros
O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em sindicato.

As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. Essas despesas foram registradas na conta de "Despesas administrativas".

p. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

q. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente às atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros (nota 18(h)).

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro
As atividades do Conglomerado o expõem a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito e liquidez. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners.

Estes riscos estão concentrados nas atividades do Banco de Investimento, onde a governança de riscos conta com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos.

Diariamente são apuradas e apresentadas várias métricas de riscos, tais como, *VaR* (*Value at Risk*), *Stress Test*, exposições por tipo de ativos e fatores de risco, relatórios regulatórios e controle de resultados. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos.

A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Presidência, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

4.1.1. Risco de mercado
Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, sobre as posições da carteira do Grupo.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo a efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

As principais fontes de risco de mercado são, substancialmente, oriundas de: juros pré-fixados, juros em moeda estrangeira, juros reais, câmbio, inflação, ações, *commodities* e suas volatilidades. O monitoramento utiliza, principalmente, as seguintes métricas: exposição por fator de risco, DV01, *grecs* (*greeks*), *Value at Risk* ("VaR") e *Stress Test*.

Dentre as principais métricas de risco de mercado, destaca-se o *VaR*, que é definido como sendo a pior perda esperada em dado horizonte de tempo (126 observações, dado a aplicação do *Exponentially Weighted Moving Average* ("EWMA")) e relacionado a um intervalo de confiança (99%). Na tabela abaixo observa-se os valores de *VaR* da carteira *trading* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em BRL):

Apresentação dos valores de VaR (no ano)

	31/12/2021	31/12/2020
<i>VaR</i> Fechamento	1.214.659	66.517
-Média <i>VaR</i>	381.264	47.105
-Máximo <i>VaR</i>	2.083.855	205.850
-Mínimo <i>VaR</i>	60.456	8.655

a. Análise de sensibilidade
A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características, na carteira de não negociação (*Banking*) ou na carteira de negociação (*Trading*).

Para a carteira *trading* (Carteira de Negociação), utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o *VaR* conforme apresentado anteriormente (126 observações, dado a aplicação do *EWMA*) e relacionado a um intervalo de confiança (99%).

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Banco. A carteira *Banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

A análise de sensibilidade para a carteira *Banking* tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima na carteira do Banco, a análise de sensibilidade da carteira *Banking* não é executada de forma sistemática, esses instrumentos são tratados individualmente.

Para analisar a sensibilidade foram definidos cenários que serão aplicados nas operações contidas na carteira *trading* e *banking*, considerando as variações que afetariam negativamente nossas posições, as operações e os dados de mercado das respectivas datas. Destaca-se ainda, que dadas as projeções observadas no mercado ("Focus"), o cenário mais provável considerado pelo Banco será o cenário 1.

Os choques utilizados em cada um dos cenários estão descritos abaixo:

- Cenário 1: Choque de 1% nas volatilidades das séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 5,5045, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 8,91%;

- Cenário 2: Choque de 25% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 25 pontos base para taxa de juros e 25,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 6,8125, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,15%; e

- Cenário 3: Choque de 50% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 50 pontos base para taxa de juros e 50,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 8,175, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,40%.

i. Carteira *trading*:

Exposição

Fatores de risco

Taxa de juros em reais

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

Índice de preços

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de Índices de preços

Cupom cambial

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras

Moeda estrangeira

Exposições sujeitas à variação cambial

Total sem correlação

Total com correlação

ii. Carteira *Banking*:

Exposição

Fator de Risco

Taxa de juros em reais

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

Índice de preços

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de Índices de preços

Cupom cambial

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras

Total

b. Risco cambial
O Conglomerado está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Um resumo da exposição a risco cambial do Conglomerado, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em Reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização do Grupo conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

Exposição

Fator de Risco

Taxa de juros em reais

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

Índice de preços

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de Índices de preços

Cupom cambial

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras

Total

b. Risco cambial
O Conglomerado está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Um resumo da exposição a risco cambial do Conglomerado, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em Reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização do Grupo conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

Exposição

Fator de Risco

Taxa de juros em reais

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

Índice de preços

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de Índices de preços

Cupom cambial

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras

Total

b. Risco cambial
O Conglomerado está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Um resumo da exposição a risco cambial do Conglomerado, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em Reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização do Grupo conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

Exposição

Fator de Risco

Taxa de juros em reais

Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros

Índice de preços

Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de Índices de preços



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021			31/12/2020		
	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)
Exposição em Moedas						
Estrangeiras	(46.328)	41.545	4.783	(29.433)	21.949	7.484
Derivativos						
Swap	(48.286)	48.286	-	43.617	(43.617)	-
NDF	208.849	(208.849)	-	175.123	(174.436)	(687)
Futuros	(118.658)	120.240	(1.582)	(193.895)	196.273	(2.378)
Total	(4.423)	1.222	3.201	(4.588)	169	4.419

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Também não haveria nenhuma variação significativa em Reais no lucro líquido do exercício, caso o Real tivesse variado em torno de 10% em relação ao Euro, em decorrência da exposição líquida não significativa.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito pode ser segregado, principalmente, em risco de: liquidação, reposição, concentração, falha de garantia, exposição potencial futura para derivativos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e
- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Cédula de Crédito Imobiliário ("CCI") e também de fianças bancárias. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, o Banco também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(constituição) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	76	(359)
Total	76	(359)

O Banco avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentaram significativamente o risco de crédito na data do relatório, com relação aos contratos com cliente.

d. Risco de liquidez

O Conglomerado, através da estrutura existente no Banco, define como risco de liquidez a possibilidade do Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade do Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As principais fontes de risco de liquidez do Conglomerado são:

- Aumento do requerimento de depósito de margens ou garantias em câmara de compensação;
- Possível restrição na venda de ativos que são considerados líquidos, em condições normais de mercado, mas que perdem esse *status*, por exemplo, devido a estresse agudo nos mercados ou possível problema com a capacidade financeira do emissor;
- Possível desvalorização substancial no valor de mercado de ativos considerados líquidos;
- Possíveis perdas devido ao risco de mercado; e
- Possíveis perdas ou atrasos devido ao não recebimento do montante financeiro esperado, na data contratada, de operações que têm risco de crédito e/ou risco contraparte.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da Instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos a Instituição quanto fatores externos.

O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela Tesouraria do Banco. O controle do risco de liquidez no BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e também a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco.

4.2. Gestão de capital

O planejamento de capital dentro do Grupo é de fundamental importância para a execução do planejamento estratégico, onde se busca a melhor distribuição para as linhas de negócio com a posterior otimização do capital utilizado. O processo é baseado conforme a natureza das operações, complexidade dos produtos e à disposição do Grupo aos riscos incorridos e requerimento de capital. A gestão de capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido 9,25%.

O Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners, conforme determinado no artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, é composto pelas seguintes empresas: BR

b. Composição por prazo de vencimento do papel

	31/12/2021					31/12/2020						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado
Carteira própria	378.357	29.991	211	445.245	455.945	1.309.749	-	-	-	-	-	444.982
Vinculados a operações compromissadas	-	1.249.784	-	-	-	1.249.784	-	-	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	27.233	-	27.233	-	-	-	-	-	22.560
Total	378.357	1.279.775	211	472.478	455.945	2.586.766	467.542	22.560	27.233	27.233	22.560	467.542

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos de acordo com sua política de gestão de riscos, com diferentes contrapartes, para a gestão dos riscos das exposições próprias ou de clientes, principalmente nos mercados de moedas e taxas de juros. Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Banco aos parâmetros definidos na Política de Riscos do BR Partners. Essa política tem

Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital"). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurado com base no Conglomerado Prudencial é:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência	632.783	247.748
Patrimônio de referência nível I	632.783	247.748
Capital principal	632.783	247.748
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.834.927	626.331
Risco de Crédito	874.706	311.285
Risco de Mercado	850.558	223.042
Risco Operacional	109.663	92.004
Índice de Basileia	34,49%	39,56%
Nível I (IN1)	34,49%	39,56%
Capital Principal (ICP)	34,49%	39,56%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
a. Disponibilidades: Depósitos bancários, moedas estrangeiras e reservas		
Depósitos bancários – Banco Itaú	1	2
Reservas livres	1.387	93
Disponibilidades em moedas estrangeiras (1)	9.346	15.880
Total	10.734	15.975

(1) Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no JP Morgan Chase Bank New York e JP Morgan AG Frankfurt.

b. Instrumentos financeiros: Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2021	31/12/2020
Posição financiada		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	8.400
Total	-	8.400
Total de caixa e equivalentes de caixa	10.734	24.375

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN, nas categorias "para negociação" e "disponível para venda".

Os saldos da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

a. Títulos e valores mobiliários: Classificação e composição da carteira

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de Custo	Valor de não re-realizados	Valor de mercado/contábil	Valor de mercado/contábil
Títulos para negociação	2.374.188	(45.015)	2.329.173	444.982
Carteira própria	1.064.850	(12.693)	1.052.157	444.982
Letra Financeira do Tesouro – LFT(1)	-	-	-	5.828
Letra do Tesouro Nacional – LTN(1)	29.981	10	29.991	83.242
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B(1)	355.685	(10.478)	345.206	-
Cotas de Fundos de Investimento(2)	324.688	-	324.688	99.952
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios(3)	27.664	(830)	26.834	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários(4)	261.324	(1.198)	260.126	211.095
Cédula de Crédito Imobiliário(5)	-	-	-	44.865
Debêntures(6)	49.606	(117)	49.489	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio(7)	15.902	(80)	15.822	-
Vinculados a operações compromissadas	1.281.259	(31.476)	1.249.784	-
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B(1)	1.281.259	(31.476)	1.249.784	-
Vinculados a prestação de garantias	28.079	(846)	27.233	22.560
Nota do Tesouro Nacional – NTN – B(1)	28.079	(846)	27.233	-
Letra Financeira do Tesouro – LFT(1)	-	-	-	17.850
Letra do Tesouro Nacional – LTN(1)	-	-	-	4.710
Títulos disponíveis para venda	260.946	(3.353)	257.593	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários(4)	149.693	(2.105)	147.588	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio(7)	83.588	(418)	83.170	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (3)	27.665	(830)	26.835	-
Total	2.635.134	(48.368)	2.586.766	467.542

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) As cotas de fundo de investimento são representadas pelo Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM"). O Total FIM é administrado pela BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. no total de R\$ 204.196 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 43.642 em 31 de dezembro de 2020). O restante são cotas de fundos de investimentos imobiliários listados em Bolsa no montante de R\$ 120.492 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 56.310 em 31 de dezembro de 2020). O valor da aplicação em cotas do fundo reflete o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período.

O Total FIM é constituído sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade por meio de oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas, índices de preço, moeda estrangeira e renda variável, derivativos e *commodities* de forma que o Fundo fique exposto a vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.

(3) As aplicações em Cotas de Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios refletem o valor da última cota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período, e são ajustados por efeito da marcação a mercado apurado de acordo com a metodologia interna do Banco.

(4) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(5) A Cédula de Crédito Imobiliário está registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja valorização é efetuada por IPC-A + taxa de juros prefixada.

(6) As debêntures de infraestrutura foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021 e estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Foram classificadas na carteira de negociação e são remuneradas a 100% do IPC-A.

(7) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxa de juros prefixadas.

vativos, e estas são incorporadas automaticamente. As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela diretoria e áreas de riscos.

As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

a. Composição por indexador

	31/12/2021		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	153.783	(62.058)	4.150.578
CDI x Dólar	29.034	(1.056)	507.428
CDI x IPC-A	39.132	(46.167)	2.625.780
IPC-A x CDI	-	(14.835)	470.000
Pré x Dólar	83.274	-	347.370
Dólar x CDI	2.343	-	200.000
NDF	41.023	(21.567)	1.870.045
Dólar x Pré	10.176	(10.746)	912.877
Pré x Dólar	30.847	(10.821)	957.168
Futuros	62	-	86.241
FUT DI1	62	-	86.241
Total	194.868	(83.625)	6.106.864

	31/12/2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
Swap	93.065	(59.159)	998.227
CDI x Dólar	-	(10.138)	208.487
CDI x IPC-A	239	(49.021)	442.370
IPC-A x CDI	92.826	-	347.370
NDF	18.579	(5.181)	566.291
Dólar x Pré	10.512	(1.842)	164.342
Pré x Dólar	5.732	(2.646)	356.213
Termo <i>Commodities</i>	2.335	(670)	44.181
Pré x Euro	-	(23)	1.555
Total	111.644	(64.340)	1.564.518

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 5.901 em 2021 (R\$ 4.694 em 2020), registradas como vinculadas à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Redutor de risco de crédito	Valor de mercado
Ativo	51.358	144.348	(838)	194.868
Swap	15.799	138.425	(441)	153.783
NDF	35.497	5.923	(397)	41.023
Futuros	62	-	-	62
Passivo	(71.839)	(11.846)	60	(83.625)
Swap	(52.501)	(9.557)	-	(62.058)
NDF	(19.338)	(2.289)	60	(21.567)
Total	(20.481)	132.502	(898)	111.243

c. Composição por vencimentos

	31/12/2021				31/12/2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total	Total
Ativo	16.592	17.835	6.596	-	41.023	18.579	51.358	144.348
Swap	-	-	4.231	149.552	153.783	93.065	-	-
NDF	16.592	17.835	6.596	-	41.023	18.579	-	-
Futuros	-	-	62	-	62	-	-	-
Passivo	16.592	17.835	6.596	-	41.023	18.579	51.358	144.348
Swap	(1.052)	-	(375)	(60.632)	(62.058)	(59.159)	-	-
NDF	(1							



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve operações designadas como contabilidade de hedge para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

8. Operações de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve renegociação e/ou recuperação de operações de crédito.

a. Composição por operações e por nível de risco

	31/12/2021		31/12/2020	
	AA	B	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	4.640	10.003	14.643	28.952
Títulos e outros créditos a receber ⁽¹⁾	42.280	-	42.280	-
Total	46.920	10.003	56.923	28.952

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	-	(100)	(100)	(150)
--	---	-------	-------	-------

⁽¹⁾ Refere-se a Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI) adquiridas no primeiro semestre de 2021, registrados na rubrica de "Outros ativos".

b. Composição por setor de atividade

	31/12/2021	31/12/2020
Setor Privado		
Outros Serviços	46.920	21.428
Pessoas Físicas	10.003	7.524
Total	56.923	28.952

c. Composição por vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelas vincendas		
De 1 a 30 dias	565	90
De 31 a 60 dias	310	39
De 61 a 90 dias	310	11.445
De 91 a 180 dias	909	113
De 181 a 365 dias	1.836	263
Acima de 365 dias	52.993	17.002
Total	56.923	28.952

d. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldo em 31 de dezembro de 2019	190
Constituição	-
Reversão	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	150
Saldo em 31 de dezembro de 2020	150
Constituição	439
Reversão	(489)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100

b. Imobilizado de uso

	Vida útil (ano)	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2019	Aquisição/(baixa)	Transferência	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2020
Instalações	10	-	377	-	(286)	(91)	-
Equipamentos de informática e telefonia	5	3.613	1.164	586	-	(433)	1.317
Móveis e equipamentos de uso	10	324	33	-	6	(9)	30
Beneficiárias em Imóveis de terceiros	10	937	-	353	280	-	633
Outros	10	39	18	-	-	(4)	14
Total		4.913	1.592	939	-	(537)	1.994

	Vida útil (ano)	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Transferência	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2021
Equipamentos de informática e telefonia	5	5.841	1.317	2.229	-	(446)	3.100
Móveis e equipamentos de uso	10	336	30	12	-	(3)	39
Beneficiárias em Imóveis de terceiros	10	1.997	633	1.060	-	(150)	1.543
Outros	10	69	14	30	-	(7)	37
Total		8.243	1.994	3.331	-	(606)	4.719

c. Intangível

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2019	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2020
Licença de uso de software ⁽¹⁾	2.376	308	477	(146)	639
Intangível de vida útil indefinida	1.430	731	-	(301)	430
Total	3.806	1.039	477	(447)	1.069

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2021
Licença de uso de software ⁽¹⁾	2.652	639	276	(485)	430
Intangível de vida útil indefinida	1.430	430	-	-	430
Total	4.082	1.069	276	(485)	860

⁽¹⁾ Para os Ativos intangíveis de licença de uso é utilizado o prazo de amortização fixado em contrato.

12. Depósitos e demais instrumentos financeiros

	Até 3 meses	4 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Depósitos Interfinanceiros ^(a)	20.306	-	-	-	20.306	51.245
Depósitos a Prazo ^(b)	67.715	385.752	322.967	-	776.434	246.201
Captações no Mercado Aberto ^(c)	1.228.129	-	-	-	1.228.129	-
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Imobiliário ^(d)	-	10.321	44.825	4.031	59.177	7.021
Total	1.316.150	396.073	367.792	4.031	2.084.046	304.467

(a) Depósitos Interfinanceiros

Representado por captações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros com instituições financeiras, no valor de R\$ 20.306 em 31 de dezembro de 2021 a taxa de 100% do DI a 100% do DI + 1,047% até 1,0824% a.a. (R\$ 51.245 em 2020 a taxa de 100% do DI a 100% do DI + 1,047% até 1,065% a.a.).

(b) Depósitos a Prazo

Representado por captações em Certificados de Depósitos Bancários com clientes no valor de R\$ 776.434 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 246.201 em 2020), as taxas correspondentes variam entre 100% a 150% do DI, com vencimento até 19 de dezembro de 2024. O montante de R\$ 135.244 (R\$ 52.870 em 2020) corresponde a transações onde as contrapartes são partes relacionadas (Nota 16(a)).

(c) Captações no Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2021 representado por operações compromissadas com compromisso de recompra de Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) no valor de R\$ 1.228.129, com data prevista para vencimento em 3 de janeiro de 2022.

(d) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por captações feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. em Letras de Crédito Imobiliário no valor de R\$ 14.353 em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 100% a 104% do DI + 1% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 93% a 100% do DI + 1% a.a.), e Letras Financeiras no valor de R\$ 44.825 em 31 de dezembro de 2021, com taxa variável de 100% do DI + 1,765% a.a.

13. Provisões

a. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões para IRPJ e CSLL	6.566	4.116
Provisão para PIS e COFINS	911	342
Impostos e contribuições sobre salários	750	501
Provisão para ISS	135	83
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	76	52
Outros	797	80
Total	9.235	5.174

b. Diversas

	31/12/2021	31/12/2020
Aquisição de títulos privados ⁽¹⁾	48.000	-
Despesas de pessoal	27.415	6.288
Valores a pagar sociedades ligadas	-	7
Provisão para contingências (Nota 18(g))	1.468	1.196
Garantias financeiras	373	399
Outras despesas administrativas	3.116	1.315
Outros pagamentos	2	-
Total	80.374	9.205

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição de debêntures do setor de infraestrutura, com prazo de liquidação para 3 de janeiro de 2022.

9. Carteira de câmbio

a. Carteira de câmbio (ativo)

	31/12/2021	31/12/2020
Direito sobre venda de câmbio Importação	-	16.679
Direito sobre venda de câmbio financeiro	-	2.028
Direito sobre venda de câmbio - Câmara de liquidação	-	-
Câmbio comprado a liquidar	-	10.982
(-) Adiantamentos em moeda nacional	-	(1.594)
Total	-	28.095

b. Carteira de câmbio (passivo)

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações sobre câmbio vendido a liquidar	-	18.669
Obrigações por compra de câmbio	-	10.947
Total	-	29.616

10. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros a liquidar ⁽¹⁾	48.092	-
Cédula de crédito imobiliário ⁽²⁾	42.280	-
Adiantamento por conta de imobilizações	4.105	-
Valores a receber diversos	1.752	384
Depósitos em garantia ⁽³⁾	1.732	1.627
Despesas antecipadas	1.452	983
Serviços prestados a receber ⁽⁴⁾	1.004	1.057
Outros valores	2.130	55
Imposto de renda e contribuições a compensar	252	268
Pagamentos a ressarcir	158	162
Adiantamentos e antecipações salariais	21	16
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 16(a))	-	900
Total	102.978	5.452

⁽¹⁾ Refere-se a aquisição de debêntures do setor de infraestrutura, cuja liquidação ocorreu em 3 de janeiro de 2022.

⁽²⁾ Refere-se a Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), adquiridas no primeiro semestre de 2021 (Nota 8).

⁽³⁾ Valor referente a depósito de caução sobre o contrato de aluguel de imóvel utilizado pelo Banco corrigido ao índice de caderneta de poupança no montante de R\$ 1.107 em 2021 (R\$ 1.627 em 2020) e depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 625 em 2021 (R\$ 549 em 2020).

⁽⁴⁾ Refere-se majoritariamente a comissão sobre avais e fianças (Nota 17(j)).

11. Imobilizado e intangível

a. Consolidação imobilizado e intangível

	Valor contábil Ativo 31/12/2021	Valor contábil Ativo 31/12/2020
Imobilizado de uso	8.243	4.913
Intangível	4.082	3.806
Depreciação e amortização	(6.746)	(5.656)
Total	5.579	3.063

	Previsão de realização	Valor presente
2025	587	406
2028	40	21
2029	64	30
2031	630	251
Total	14.290	12.520

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do DI de 0,76% em 31 de dezembro de 2021 (0,23% ao mês em 31 de dezembro de 2020).

Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 554.200 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao valor de R\$ 1 (um real) cada uma. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 554.200 (R\$ 200.000 em 2020).

Em 02 de julho de 2021, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu aumento de capital social no BR Partners Banco de Investimento S.A., no montante de R\$ 354.200, mediante emissão de 354.200 ações ordinárias a serem subscritas e integralizadas pela BR Partners Participações Financeiras Ltda.. O capital social do BR Partners Banco de Investimento S.A. passou de R\$ 200.000 para R\$ 554.200, onde através do Ofício 16.335/2021-BCB/Deorf/GTSP1 de 27 de julho de 2021 ocorreu a aprovação do Banco Central do Brasil. Em 10 de novembro de 2020, o BR Partners Banco de Investimento S.A. deliberou sobre a aprovação de seu aumento de capital social no valor de R\$ 72.250 pelo seu acionista BR Partners Participações Financeiras Ltda., passando o capital social do BR Partners Banco de R\$ 127.750 para R\$ 200.000, submetendo ao Banco Central do Brasil um pleito para aprovação. O Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital em questão no dia 07 de dezembro de 2020, de maneira que o referido aumento de capital foi inteiramente integralizado em dezembro de 2020.

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2021 foram destinados R\$ 1.615 totalizando um saldo de R\$ 3.984 (R\$337 totalizando um saldo de R\$ 2.369 em 31 de dezembro de 2020). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c. Reserva especial

A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira do Banco. O Banco também poderá, a qualquer tempo, *ad referendum* da Assembleia Geral, levantar balanços em períodos menores em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, declarar e pagar dividendos intermediários, intercalares ou juros sobre capital próprio à conta de lucros do exercício corrente ou reserva de lucros de exercícios anteriores. O Banco não efetuou antecipação de dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16. Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4818/2020 do CMN.

a. Transações e saldos

As transações entre partes relacionadas abaixo foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

Em 31 de dezembro de 2021 existem Cartas de Fianças Bancárias prestadas para as empresas BR Partners Assessoria Financeira Ltda. e BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. nos valores de R\$ 235 e R\$ 5.898 respectivamente.

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos/ Receitas/ (Passivos) (Despesas)		Ativos/ Receitas/ (Passivos) (Despesas)

Valores a receber(pagar)

BR Advisory Partners Participações S.A. - 180 92 194

BR Partners Assessoria Financeira Ltda. - 1.433 725 1.774

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. - 44 - 60

BR Partners Gestão de Recursos Ltda. - 104 83 209

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. - 44 - 60

BR Partners Outlet Premium Fortaleza S.A. - 44 - 60

BR Partners Outlet Brasília S.A. - 44 - 60

BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A. - 44 - 60

Total - **1.937** **900** **2.477**

Depósitos a Prazo

BR Partners Holdco Participações S.A. (3) (98) (1.090) (10)

BR Advisory Partners Participações S.A. (1.165) (510) - (55)

BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda. (171) (7) (180) (5)

BR Partners Assessoria Financeira Ltda. (116.405) (2.573) (38.881) (1.497)

BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A. (3.379) (162) (1.705) (83)

BR Partners Gestão de Recursos Ltda. (6.607) (102) (5.293) (209)

BR Partners Investimentos Imobiliários S.A. (2.204) (69) (1.330) (34)

BR Partners Participações Financeiras Ltda. (648) (1.088) (222) (6)



BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração e encargo do pessoal-chave da Administração são representados pela sua diretoria estatutária e encontra-se registrada na linha despesas de pessoal.

	31/12/2021	31/12/2020
Pró-labore	473	470
Encargos sociais	95	94
Total	568	564

c. Outras informações

São consideradas como partes relacionadas:

- Diretores e membros dos conselhos administrativos da Instituição, bem como os respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que possuam participação superior a 10% do capital social na Instituição; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital as pessoas acima indicadas participem com mais de 10%.

17. Outras informações

a. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Comissões e colocação de títulos	11.846	23.368	17.416
Rendas de garantias prestadas	822	1.640	621
Outros	108	550	1
Total	12.776	25.558	18.038

b. Outras receitas

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de despesas (1)	1.631	2.905	2.992
Outras receitas – CCI (2)	1.508	1.543	–
Reversão de provisões	29	42	–
Variação cambial	–	–	163
Lucro na alienação de investimentos	–	–	1.163
Lucro na alienação de imobilizado	–	–	4
Outras	4	7	245
Total	3.172	4.497	4.567

(1) Recuperação de despesas relacionadas a *Service Level Agreement* com empresas do Grupo BR Partners.

(2) Refere-se as receitas de operações com Cédula de Crédito Imobiliário (CCI).

c. Despesas administrativas

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de processamento de dados	2.812	5.241	3.870
Despesas de serviços técnicos especializados	1.157	2.541	4.034
Despesas de serviços de terceiros	322	601	536
Despesas de serviços do sistema financeiro	668	1.224	918
Despesas de alugueis	853	1.763	1.656
Despesas de comunicações	903	1.760	1.693
Despesas de contribuição filantrópica	–	–	202
Despesas de propaganda e publicidade	573	1.485	1.599
Despesas com amortização e depreciação	532	1.089	984
Despesas de viagem	444	867	257
Despesas de promoções e relações públicas	756	850	1.071
Despesas de condomínio	360	643	435
Despesas de manutenção e conservação de bens	192	382	283
Despesas de água, energia e gás	206	350	271
Despesas de serviços de segurança e vigilância	78	178	170

d. Despesas de pessoal

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de publicações	182	260	145
Despesas de material	103	130	97
Despesas de transportes	60	83	66
Despesas de seguro	6	9	7
Outras despesas	631	1.948	341
Total	10.838	21.404	18.635

e. Outras despesas

	2º semestre		
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	16.172	31.043	11.549
Encargos	5.373	10.507	4.167
Benefícios	2.002	3.559	2.890
Honorários	240	473	470
Outros	507	775	320
Total	24.294	46.357	19.396

f. Despesas de participação no lucro ou resultado

O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em seus sindicatos. As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. O montante registrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 690 (R\$ 526 em 31 de dezembro de 2020). O funcionário dispensado sem justa causa tem direito a extensão da assistência médica conforme cláusula prevista na convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Bancários.

g. Passivos contingentes
No Banco não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. No âmbito cível existem duas ações em andamento classificadas pelo nosso assessor jurídico como perda provável, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 292 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2020). No âmbito trabalhista, as ações em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável na data base 31 de dezembro de 2021 é de R\$1.176 (R\$ 970 em 31 de dezembro de 2020). Em relação as ações classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível, o valor em risco perfaz a monta de R\$ 536 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

h. Resultados recorrentes e não recorrentes
Resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercício futuros. Com base nesse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 32.305 (R\$ 6.729 em 2020), foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

i. Seguros
O Banco possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu

porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de prêmio contratado pelo Banco totalizava R\$ 7 (R\$ 7 em 2020), e o Banco apresentava a seguinte apólice de seguro:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vidros	30
	Derrame vazamento de sprinkles	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600

j. Garantias, Avais e Fianças

Os Avais e Fianças prestados são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças conforme quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fianças bancárias prestadas	85.114	84.866
Provisão para garantias financeiras prestadas	(373)	(399)
Total	84.741	84.467

k. COVID-19

Após a declaração de pandemia do COVID-19 por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades elaboraram e executaram medidas para contenção de circulação, aglomerações de pessoas e normas para o funcionamento dos serviços essenciais e não essenciais na tentativa de conter a disseminação do vírus. Esse grave cenário trouxe inúmeras situações adversas para a vida das pessoas e para os negócios.

As instituições reguladas pelo Banco Central possuem plano de contingência definido pela regulação, no entanto, este não atende a totalidade das medidas necessárias para adequar as normas das autoridades.

Sendo assim, as instituições foram obrigadas a criar novos processos para este tipo de evento. Elencamos abaixo as medidas tomadas pela BR Partners:

- Criação do Grupo de Trabalho para definição dos processos de contingência para COVID-19 contando com a participação da diretoria, do CRO, das áreas de Riscos e Compliance;
- Disponibilização de álcool em gel, máscaras e intensificação das medidas de higiene para todas as estações de trabalho e pontos de grande circulação (Copa, Salas de Reunião, etc.);
- Disponibilização de *Home Office* para toda a instituição a partir do dia 23 de março de 2020;
- Antecipação da campanha de vacinação para gripe, que seria no mês de maio e foi antecipada para o dia 30 de março de 2020;
- Criação de uma nova classificação de Risco Operacional (R.O. COVID-19) para tratamento específico dos eventos ocorridos durante o período de pandemia. O processo definido pela BR Partners está sendo aprimorado diariamente, adaptando-o às novas regras do regulador que são atualizadas frequentemente e às normas das autoridades.

l. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes sujeitos a divulgação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A DIRETORIA

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki – CRC 1SP184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores do
BR Partners Banco de Investimento S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do BR Partners Banco de Investimento S.A., ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BR Partners Banco de Investimento S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP 014.428/O-6

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 214.007/O-2



www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadão.estadão.com.br/publicacoes/>